

2015 - Quando o terrorismo serve para perpetuar o poder...

Quando o terrorismo serve para perpetuar o poder…
por: Eugénio Costa Almeida©

No próximo domingo, a Nigéria estava preparada para ir a eleições gerais. Estava! Porque os militares, evocando a situação social e militar, que acontece só numa parte do País, solicitaram à Comissão Eleitoral que adiasse as eleições de 14 de Fevereiro. As eleições estão agora programadas para 28 de Março, as presidenciais, e 11 de Abril, as legislativas. Segundo Sambo Dasuki, um assessor dos militares e conselheiro de segurança do presidente Goodluck Jonathan, em seis semanas “todos os campos conhecidos do Boko Haram serão desmantelados”. Também os militares disseram terem resgatado as meninas raptadas pelo Boko Haram e até hoje nunca ninguém as viu, se não, aqueles que conseguiram fugir ou que os radicais islamitas enviaram com “recados”. Como pode um exército fazer em 6 (seis) semanas o que não conseguiu em quase uma década? Destruir o Boko Haram. Ou será que a corrupção, que eventualmente haja no seu seio, é tão evidente que já não podendo disfarçar tenta anular o que antes não conseguiu? Por outro lado, até agora nunca nenhum exército da região – e aqui incluem-se, os da Nigéria, Camarões, Chade e Níger – conseguiram qualquer desenvolvimento efectivo e real contra os radicais. Como recorda o matutino português, Público, e cito com a devida vénia, é certo que “acaba de ser aprovada uma força regional de 8700 membros do Chade, do Níger, das Camarões e do Benim para se juntarem aos nigerianos, mas grande parte destes militares e polícias vão operar nas regiões de fronteira.” Como também é verdade que só o Chade, e de momento, “está envolvido em batalhas no Nordeste da Nigéria.” Ora os radicais nigerianos do Boko Haram já avisaram – e nisso, não pedem meças aos militares nigerianos, se ameaçam, fazem – que é sua firmeza desestabilizar outros países, nomeadamente o Níger, onde já têm lançado ataques quase diários, ou os Camarões, onde o exército os tem confrontado. Pois estas seriam as primeiras eleições no mais populoso país de África, consideradas totalmente livre, que os nigerianos estão a ver logradas. Até porque a oposição liderada pelo general, na reforma, Muhammadu Buhari, muçulmano, fulani, proveniente da do Estado de Katsina, norte da Nigéria, parecia capaz de derrotar o cristão Jonathan, natural da região sul do Delta do Níger, apoiado pelos militares. Acresce que o antigo presidente do Partido Democrático do Povo, no poder, Olusegun Obasanjo, retirou o seu apoio a Jonathan, defendendo que este “fracassou” como Presidente. Por outro lado, uma sondagem da independente Afrobarometer (instituto que agrega analistas de 30 países africanos) sugere que Jonathan e Buhari, líder do Congresso Progressista (APC), estariam empatados nas intenções de voto. Registe-se que nas últimas semanas, Buhari estava a reunir grandes multidões nos seus comícios e receber o apoio de figuras importantes da classe política nigeriana. Para os muçulmanos do Norte, nomeadamente, os pobres, reconhecidos como “talakawa” – um explorado e alienado; é relativamente pobre e vive em casa alugada; é pouco educado; com uma baixa renda, não pode fazer face às despesas, diariamente lutando para bater as probabilidades contra ele; está sempre com raiva de si mesmo e tem também, devido ao dogma religioso, deixado seu estado pessoal destinado a e por Deus – vê em Buhari um seu candidato natural. De recordar, todavia, que Buhari, apesar de surgir aos olhos do eleitorado nigeriano como um candidato presidencial credível, foi um militar que conduziu o país a um golpe militar (Coup d’État) nos anos (19)80 – liderou o país entre Dezembro de 1983 e 27 de Agosto de 1985 e tem sido um candidato presidencial residual e sem expressão, nas eleições de 2003, 2007 e 2011, e que, segundo a BBC, terá dado, a dada altura o seu apoio à Sharia, – , pelo que a sua credibilidade política não é das melhores. Ainda assim, respeite-se a vontade eleitoral que foi, incompreensivelmente, abortada. Ora Buhari, considera que a Comissão Eleitoral está a ser “obrigada a ceder a pressões” e que viu a sua independência gravemente comprometida, denunciando, o candidato, que o adiamento se apresenta “uma tentativa grosseira de sabotar o processo eleitoral” e de estarmos perante “ataque grave à democracia”. Também os norte-americanos, através da sua Secretaria de Estado, emitiram um comunicado onde se manifestam “profundamente desapontados com a decisão de adiar as eleições” e que “é inaceitável qualquer interferência política na Comissão Eleitoral e fundamental que o Governo não use as preocupações de segurança como pretexto para pôr em causa o processo democrático”. Ou seja, depois de algumas tentativas de alterações constitucionais, que, ultimamente, emergem entre alguns dirigentes africanos, para variarem e conservarem a sua presença no seio das república – leia-se, manterem-se nas presidências – há agora uma justificação de terrorismo para adiarem, ainda que provisoriamente, as eleições, como se fosse para perpetuarem a sua manutenção na cadeira do Poder. Principalmente, quando a derrota parece ser, mais que aparente, efectiva… São factos como estes que nos descredibilizam junto da comunidade internacional. Até quando?

©Artigo de Opinião publicado no semanário angolano Novo Jornal, secção “1º Caderno” ed. 367 de 13-Fevereiro-2015, pag. 21.